

Demonstrações Financeiras

Portonave S/A – Terminais Portuários de Navegantes

31 de dezembro de 2011 e 2010 com Relatório dos
Auditores Independentes Sobre as Demonstrações
Financeiras

Portonave S/A – Terminais Portuários de Navegantes

Demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2011 e 2010

Índice

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras01

Demonstrações financeiras auditadas

Balanços patrimoniais.....	03
Demonstrações do resultado	05
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido.....	06
Demonstrações dos fluxos de caixa	07
Demonstrações do valor adicionado.....	09
Notas explicativas às demonstrações financeiras.....	10

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos
Acionistas e Diretores da
Portonave S/A – Terminais Portuários de Navegantes

Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Portonave S/A – Terminais Portuários de Navegantes (“Companhia”), identificadas como Controladora e Consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2011 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa, para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Responsabilidade da administração sobre as demonstrações financeiras

A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e das demonstrações financeiras consolidadas de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo International Accounting Standards Board – IASB, e de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, assim como pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração dessas demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras da Companhia para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Companhia. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras individuais e consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Portonave S/A – Terminais Portuários de Navegantes em 31 de dezembro de 2011, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

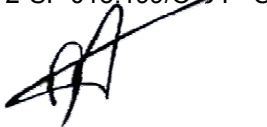
Outros assuntos

Demonstrações do valor adicionado

Examinamos, também, as demonstrações individual e consolidada do valor adicionado (DVA), referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2011, preparadas sob a responsabilidade da administração da Companhia, cuja apresentação é requerida pela legislação societária brasileira para companhias abertas, mas não é requerida para as entidades de capital fechado. Essas demonstrações foram submetidas aos mesmos procedimentos de auditoria descritos anteriormente e, em nossa opinião, estão adequadamente apresentadas, em todos os seus aspectos relevantes, em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Blumenau, 24 de fevereiro de 2012.

Ernst & Young Terco Auditores Independentes S.S.
CRC-2-SP 015.199/O-6 F- SC



Marcos Antonio Quintanilha
Contador CRC-1SP132776/O-6 F SC

Portonave S/A – Terminais Portuários de Navegantes

Balancos patrimoniais
31 de dezembro de 2011 e 2010
(Em milhares de reais)

Ativo	Nota Explicativa	Controladora		Consolidado	
		31/12/2011	31/12/2010	31/12/2011	31/12/2010
Circulante					
Caixa e equivalentes de caixa	4	33.573	18.507	38.611	21.054
Conta vinculada	5	13.553	12.814	13.553	12.814
Contas a receber	6	24.114	29.301	35.807	40.144
Partes relacionadas	18	1.597	7	20	-
Impostos a recuperar	7	586	540	636	650
Adiantamentos a fornecedores	8	2.287	3.412	4.738	8.094
Despesas antecipadas	9	3.995	6.630	3.995	6.630
Outros créditos	10	576	16.919	3.426	17.115
Total do ativo circulante		80.281	88.130	100.786	106.501
Não circulante					
Depósitos judiciais		424	18	439	26
Contas a Receber Imposto de Renda e Contribuição Social diferidos	06	1.913	-	1.913	-
Investimentos	11	32.730	9.219	-	-
Imobilizado	12	1.571.307	1.624.617	1.571.307	1.624.617
Intangível	13	4.913	4.811	4.913	4.811
Total do ativo não circulante		1.615.520	1.651.327	1.590.898	1.642.116
Total do ativo		1.695.801	1.739.457	1.691.684	1.748.617

	Nota Explicativa	Controladora		Consolidado	
		31/12/2011	31/12/2010	31/12/2011	31/12/2010
Passivo					
Circulante					
Fornecedores	15	3.926	13.880	24.169	21.544
Empréstimos e financiamentos	16	42.768	37.991	42.785	37.995
Obrigações sociais e trabalhistas		4.899	5.139	6.571	5.571
Obrigações fiscais	17	4.202	2.750	5.709	2.863
Adiantamento de seguros a ressarcir		-	20.496	-	20.496
Adiantamento de clientes		330	227	2.190	1.130
Partes relacionadas	18	129.163	84.754	99.736	84.754
Dividendos propostos	23c	27.144	7.976	27.144	7.976
Outras obrigações		-	1	-	34
Total do passivo circulante		212.432	173.214	208.304	182.363
Não circulante					
Empréstimos e financiamentos	16	128.305	151.957	128.305	151.957
Imposto de renda e contribuição social					
diferidos	19	418.752	444.911	418.752	444.911
Partes relacionadas	18	109	109	109	109
Parcelamento de impostos e taxas		1.286	1.628	1.286	1.628
Provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas	20	641	605	652	616
Total do passivo não circulante		549.093	599.210	549.104	599.221
Patrimônio Líquido					
Capital social	23	66.116	66.116	66.116	66.116
Reservas Legal		1.505	2.221	1.505	2.221
Ajuste de Avaliação Patrimonial		786.036	829.220	786.036	829.220
Dividendos propostos		-	69.476	-	69.476
Lucros a destinar		80.619	-	80.619	-
Total do patrimônio líquido		934.276	967.033	934.276	967.033
Total do passivo		1.695.801	1.739.457	1.691.684	1.748.617

As notas explicativas anexas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Portonave S/A – Terminais Portuários de Navegantes

Demonstrações do resultado

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2011 e 2010

(Em milhares de reais, exceto lucro líquido por ação)

	Nota	Controladora		Consolidado	
		2011	2010	2011	2010
Receita operacional					
Operações com cargas de terceiros		184.605	195.288	233.443	195.262
Operações com cargas próprias		511	208	113.363	43.045
Receita operacional Líquida	24	185.116	195.496	346.806	238.307
Custos serviços prestados/mercadorias vendidas					
Operação portuária / venda mercadorias		(28.352)	(28.197)	(139.965)	(71.330)
Custo com pessoal		(30.105)	(28.154)	(36.322)	(31.190)
Depreciação do imobilizado		(17.822)	(17.722)	(17.822)	(17.722)
Depreciação da mais valia do imobilizado		(58.110)	(58.110)	(58.110)	(58.110)
		(134.389)	(132.183)	(252.219)	(178.352)
Lucro bruto		50.727	63.313	94.587	59.955
Despesas operacionais					
Despesas gerais e administrativas		(18.503)	(20.968)	(20.748)	(22.760)
Remuneração dos administradores		(1.285)	(1.157)	(2.716)	(1.963)
Despesas com pessoal		(7.622)	(6.718)	(10.371)	(7.092)
Depreciação / amortização		(6.054)	(3.677)	(6.054)	(3.677)
Depreciação / amortização mais valia		(7.322)	(7.322)	(7.322)	(7.322)
Resultado de equivalência patrimonial	11	28.258	11.057	-	-
Outras receitas (despesas) operacionais	25	9.839	293	1.905	18.489
		(2.689)	(28.492)	(45.306)	(24.325)
Lucro operacional		48.038	34.821	49.281	35.628
Resultado financeiro					
Receitas financeiras	26	3.577	1.596	4.515	2.410
Despesas financeiras	26	(20.162)	(21.477)	(22.548)	(22.206)
Variação cambial, líquida		(33.358)	12.302	(36.122)	11.410
		(49.943)	(7.579)	(54.155)	(8.386)
Lucro (prejuízo) antes do imposto de renda e contribuição social		(1.905)	27.242	(4.874)	27.242
Imposto de renda e contribuição social	19.b				
Correntes		(13.424)	(13.978)	(18.549)	(13.978)
Diferidos		17.728	14.410	25.822	14.410
		4.304	432	7.273	432
Lucro (prejuízo) líquido do período		2.399	27.674	2.399	27.674
Quantidades de ações (lote de mil)		24.204	24.204		
Lucro líquido (prejuízo), básico e diluído, por lote de mil ações, em reais		0,10	1,14		

As notas explicativas anexas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Portonave S/A – Terminais Portuários de Navegantes

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2011 e 2010
(Em milhares de reais)

	Nota	Capital social	Reserva de capital	Reserva de lucro - Reserva legal	Dividendos propostos	Lucros (prejuízos) acumulados	Ajuste de Avaliação Patrimonial	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2009		66.116	-	838	-	15.953	872.405	955.312
Distribuição de Dividendos		-	-	-	-	(15.953)	-	(15.953)
Lucro Líquido do Exercício		-	-	-	-	27.674	-	27.674
Realização dos ajustes de avaliação patrimonial		-	-	-	-	43.185	(43.185)	-
Destinação proposta do resultado do exercício:								
Constituição da reserva legal		-	-	1.383	-	(1.383)	-	-
Dividendos propostos pela administração		-	-	-	69.476	(69.476)	-	-
Saldos em 31 de dezembro de 2010		66.116	-	2.221	69.476	-	829.220	967.033
Realização da Reserva Legal		-	-	(836)	-	-	-	(836)
Constituição da Reserva de Lucros		-	-	35.156	-	-	-	35.156
Distribuição de Dividendos		-	-	-	(69.476)	-	-	(69.476)
Lucro Líquido do exercício		-	-	-	-	2.399	-	2.399
Realização dos Ajustes avaliação patrimonial		-	-	-	-	43.184	(43.184)	-
Destinação proposta do resultado do exercício								
Constituição da reserva legal		-	-	120	-	(120)	-	-
Reversão da Reserva de Lucros		-	-	(35.156)	-	35.156	-	-
Dividendos propostos pela administração		-	-	-	80.619	(80.619)	-	-
Saldos em 31 de dezembro de 2011		66.116	-	1.505	80.619	-	786.036	934.276

As notas explicativas anexas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Portonave S/A – Terminais Portuários de Navegantes

Demonstrações dos fluxos de caixa
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2011 e 2010
(Em milhares de reais)

	Controladora		Consolidado	
	2011	2010	2011	2010
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS				
Lucro líquido do exercício	2.399	27.674	2.399	27.674
Ajustes para conciliar o resultado às disponibilidades geradas pelas atividades operacionais:				
Imposto de renda e contribuição social diferidos	(17.728)	(14.410)	(25.822)	(14.410)
Depreciação e amortização	89.308	86.830	89.308	86.830
Baixa de ativo imobilizado	(38)	71	(38)	71
Variações monetárias de empréstimos, financiamentos	31.123	(6.539)	31.123	(6.539)
Variações monetárias de contratos com empresas ligadas	11.099	1.178	11.099	1.178
Provisão para contingências, líquidas de baixas e reversões	37	385	37	395
Resultado de equivalência patrimonial	(28.229)	(11.057)	-	-
Dividendos Recebidos	5.218	-	-	-
VARIAÇÕES NOS ATIVOS E PASSIVOS				
(Aumento) Diminuição dos Ativos				
Contas a receber de clientes	2.875	2.664	1.990	(5.399)
Contas vinculadas	(739)	(12.814)	(739)	(12.814)
Contas a receber empresas ligadas	(1.192)			
Impostos a recuperar	(46)	2.043	13	1.950
Despesas antecipadas e outros valores a receber	2.229	(4.962)	(396)	(5.165)
Aumento (diminuição) dos passivos				
Fornecedores	11.608	(8.039)	25.568	(4.764)
Contas a pagar empresas ligadas, operações comerciais	33.311	1.333	4.262	1.333
Obrigações sociais e trabalhistas	(240)	1.279	1.000	716
Impostos, taxas e contribuições	1.010	465	2.405	243
Adiantamentos de clientes e outras contas a pagar	(24.429)	31.154	(22.684)	30.224
DISPONIBILIDADES LÍQUIDAS GERADAS (APLICADAS) NAS ATIVIDADES OPERACIONAIS				
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO	117.547	97.255	119.525	101.523
Investimentos em controladas e coligadas	(499)	(2)	-	-
Aquisição de investimentos	-	(3.316)	-	(3.316)
Aquisição de bens do imobilizado	(35.602)	(12.944)	(35.602)	(12.944)
Recebimento na venda do imobilizado	-	109	-	109
Adições ao ativo intangível e diferido	(461)	(3.608)	(461)	(3608)
DISPONIBILIDADES LÍQUIDAS APLICADAS NAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS				
	(36.562)	(19.761)	(36.063)	(19.759)

Portonave S/A – Terminais Portuários de Navegantes

Demonstrações dos fluxos de caixa – continuação
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2011 e 2010
(Em milhares de reais)

	Controladora		Consolidado	
	2011	2010	2011	2010
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO				
Pagamento de dividendos	(15.988)	(7.976)	(15.988)	(7.976)
Recebimentos de empresas ligadas	-	713	-	-
Captações através de empréstimos e financiamentos	-	-	13	4.772
Pagamentos de empréstimos e financiamentos	(39.384)	(39.897)	(39.384)	(45.783)
Juros e remunerações pagas sobre empréstimos e financiamentos	(10.546)	(13.083)	(10.546)	(13.083)
DISPONIBILIDADES LÍQUIDAS GERADAS PELAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO	(65.918)	(60.243)	(65.905)	(62.070)
AUMENTO DO CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	15.067	17.251	17.557	19.695
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA				
No início do período	18.507	1.256	21.054	1.360
No fim do período	33.573	18.507	38.611	21.054
AUMENTO DO CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	15.067	17.251	17.557	19.695

As notas explicativas anexas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Portonave S/A – Terminais Portuários de Navegantes

Demonstrações do valor adicionado
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2011 e 2010
(Em milhares de reais)

	Controladora		Consolidado	
	2011	2010	2011	2010
Receitas	206.684	207.785	372.896	270.875
Receitas de vendas de serviços/mercadorias	196.885	207.574	370.503	252.468
Outras receitas	9.839	293	1.905	18.489
Provisão para devedores duvidosos	(66)	(82)	(66)	(82)
Insumos e despesas – serviços e mercadorias	(45.558)	(49.081)	(160.659)	(94.274)
Custos dos serviços prestados/mercadorias vendidas	(25.165)	(32.916)	(130.066)	(76.282)
Materiais, energia, serviços de terceiros	(20.285)	(15.664)	(28.951)	(17.388)
Outros custos	(108)	(501)	(1.642)	(604)
Valor adicionado bruto	161.100	158.704	211.683	176.601
Depreciação e amortização	(89.308)	(86.831)	(89.308)	(86.831)
Valor adicionado líquido produzido pela entidade	71.792	71.873	122.375	89.770
Valor adicionado recebido em transferência	95.188	83.824	84.740	74.138
Resultado de equivalência patrimonial	28.258	11.057	-	-
Receitas financeiras	49.202	58.357	58.918	59.728
Imposto de renda e contribuição social diferidos	17.728	14.410	25.822	14.410
Valor adicionado total a distribuir	166.980	155.697	207.115	163.908
Distribuição do valor adicionado	166.980	155.697	207.115	163.908
Remuneração do trabalho (salários e encargos)	32.461	29.216	41.120	32.743
Remuneração do governo (impostos, taxas e contribuições)	35.577	35.356	53.104	37.866
Remuneração do capital de terceiros (juros e aluguéis)	96.543	63.451	110.492	65.625
Lucros retidos / prejuízo do exercício	2.399	27.674	2.399	27.674

As notas explicativas anexas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Portonave S/A – Terminais Portuários de Navegantes

Notas explicativas às demonstrações financeiras
31 de dezembro de 2011 e 2010
(Em milhares de reais)

1. Informações gerais sobre a Companhia

Através do Contrato de Adesão MT/DP 098/2001, em 30 de maio de 2001 a União, por meio do Ministério dos Transportes, autorizou a **Portonave S/A – Terminais Portuários de Navegantes** (“Companhia”) a iniciar a exploração do Porto de uso privativo, situado na margem esquerda do rio Itajaí-Açu, na região denominada Ponta da Divinéia, no município de Navegantes/SC.

Em 31 de julho de 2001, foi constituída a **PORTONAVE S/A – TERMINAIS PORTUÁRIOS DE NAVEGANTES** com sede na Rua Aníbal Gaya, 707 - Centro – Navegantes/SC, através da transformação de uma sociedade por quotas de responsabilidade limitada para a forma de sociedade por ações, que tem por objeto as seguintes atividades: (i) Exploração, operação e administração de serviços portuários; (ii) Exploração, administração, operação e concessão de arrendamentos de terminais portuários; (iii) Exploração, operação e administração de serviços de transporte em geral, complementares ou não às atividades portuárias; (iv) Prestação de serviços como agenciadora de frete, em atividades de marinha mercante, bem como serviços de assistência técnica e outros ligados à infra-estrutura portuária, tais como abastecimento de bordo, limpeza e higienização de navios; realização de atividades de importação e exportação; (v) Operação de carga própria e de terceiros; (vi) Operação de terminais alfandegados ou estações aduaneiras, inclusive para movimentação e armazenagem de carga alfandegada; e (vii) Participação como sócia, acionista ou quotista, em outras sociedades.

Em 18 de agosto de 2006, a ANTAQ (Agência Nacional de Transportes Aquaviários) ratificou e republicou no Diário Oficial da União os elementos constantes no Contrato de Adesão MT/DP 098/2001, anteriormente publicado pelo Ministério dos Transportes. Esta autorização ratificou os direitos de exploração do Porto de Navegantes que a Companhia possui por vinte e cinco anos, contados da data do contrato de adesão, renováveis automaticamente para mais vinte e cinco anos.

Portonave S/A – Terminais Portuários de Navegantes

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2011 e 2010
(Em milhares de reais)

1. Informações gerais sobre a Companhia--Continuação

O contrato celebrado entre as partes prevê que a Companhia não poderá transferir ou ceder os direitos de exploração a terceiros. Adicionalmente, cabe destacar que a União autorizou a Companhia a oferecer o Porto como garantia de empréstimos a instituições financeiras.

A União poderá, a qualquer momento, fiscalizar, aplicar penalidades contratuais, zelar pela boa qualidade e aumento dos serviços prestados bem como promover medidas que assegurem a adequação e conservação do meio ambiente.

Os armadores que utilizam as instalações da Portonave estão obrigados a remunerar ao Porto de Itajaí, detentor do canal de acesso, pela utilização da infra-estrutura aquaviária de acordo com a tarifa portuária homologada pelo CAP – Conselho de Autoridade Portuária.

Restrições e condições de operação na autorização outorgada à Companhia

A Companhia está sujeita ao cumprimento das condições previstas no contrato de adesão para a operação do Terminal portuário em Navegantes. A extinção da autorização concedida pela União dar-se-á pelos seguintes fatos: a) caducidade, b) rescisão, c) desistência da operação do Terminal, d) ausência de movimentação de carga própria, ou e) falência ou extinção da Portonave.

Extinto o contrato, os bens móveis e imóveis não reverterão à União. Adicionalmente, a União poderá optar, quando da extinção do contrato, pela operação do Terminal a partir do momento em que a Companhia for indenizada por tal fato.

A Companhia, não tem obrigação de pagamento de remuneração à União, ou quaisquer outros ônus, em função da exploração do Terminal Portuário de Navegantes.

Portonave S/A – Terminais Portuários de Navegantes

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2011 e 2010
(Em milhares de reais)

1. Informações gerais sobre a Companhia--Continuação

Autorização para emissão das demonstrações financeiras

A emissão demonstrações financeiras para o exercício findo em 31 de dezembro de 2011, foi autorizada pela Diretoria Executiva, em 09 de janeiro de 2012.

2. Políticas contábeis

As principais políticas contábeis aplicadas na preparação destas demonstrações financeiras estão definidas a seguir. Essas políticas vêm sendo aplicadas de modo consistente em todos os exercícios apresentados, salvo disposição em contrário. As demonstrações financeiras foram elaboradas com base em diversas bases de avaliação utilizadas nas estimativas contábeis. As estimativas contábeis envolvidas na preparação das demonstrações financeiras foram baseadas em fatores objetivos e subjetivos, com base no julgamento da administração para determinação do valor adequado a ser registrado nas demonstrações financeiras. Itens significativos sujeitos à estimativas incluem: a seleção de vidas úteis do ativo imobilizado; o imposto de renda e contribuição social diferidos; a provisão para contingências; a mensuração do valor justo de instrumentos financeiros; e as estimativas para divulgação do quadro de análise de sensibilidade dos instrumentos financeiros. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores significativamente divergentes dos registrados nas demonstrações financeiras devido às imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. A Companhia revisa suas estimativas e premissas pelo menos trimestralmente.

Portonave S/A – Terminais Portuários de Navegantes

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação

31 de dezembro de 2011 e 2010

(Em milhares de reais)

2. Políticas contábeis--continuação

As demonstrações financeiras foram preparadas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. A Companhia adotou todas as normas, revisões de normas e interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC).

2.1 Base de apresentação das demonstrações contábeis

Base de consolidação

As demonstrações financeiras consolidadas incluem as operações da Companhia e das seguintes empresas controladas, cuja participação percentual na data do balanço é assim resumida:

Empresa	País sede	Percentual de participação da Companhia	
		2011	2010
Iceport S.A.	Brasil	100%	100%
Teconnave S.A.	Brasil	100%	100%

Os exercícios sociais das controladas incluídas na consolidação são coincidentes com os da controladora e as políticas contábeis foram aplicadas de forma uniforme nas empresas consolidadas e são consistentes com aquelas utilizadas no exercício anterior.

Os principais procedimentos de consolidação são:

- Eliminação dos saldos das contas de ativos e passivos entre as empresas consolidadas;
- Eliminação das participações no capital, reservas e lucros acumulados das empresas consolidadas;
- Eliminação dos saldos de receitas e despesas, bem como de lucros não realizados, decorrentes de negócios entre as empresas;
- Apuração dos tributos sobre a parcela dos lucros não realizados, apresentados como tributos diferidos no balanço patrimonial consolidado.

Portonave S/A – Terminais Portuários de Navegantes

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação

31 de dezembro de 2011 e 2010

(Em milhares de reais)

2.2 Investimento em controladas

O investimento da Companhia em suas controladas, apresentado nas demonstrações financeiras da Controladora, é contabilizado com base no método da equivalência patrimonial. Uma controlada é uma entidade sobre a qual a Portonave exerça influência significativa.

Com base no método da equivalência patrimonial, o investimento na Controlada é contabilizado no balanço patrimonial ao custo, adicionado das mudanças após a aquisição da participação societária na Controlada.

A demonstração do resultado reflete a parcela dos resultados das operações das controladas. Quando uma mudança for diretamente reconhecida no patrimônio das controladas, a Companhia reconhece sua parcela nas variações ocorridas e divulgará esse fato, quando aplicável, na demonstração das mutações do patrimônio líquido. Os ganhos e perdas não realizados, resultantes de transações entre a Companhia e a Controlada, são eliminados de acordo com a participação mantida na Controlada.

A participação societária nas Controladas é demonstrada na demonstração do resultado como equivalência patrimonial, representando o lucro líquido atribuível aos acionistas das controladas.

As demonstrações financeiras das controladas são elaboradas para o mesmo período de divulgação que a Companhia e as políticas contábeis são consistentes com as adotadas pela Companhia.

Após a aplicação do método da equivalência patrimonial, a Companhia determina se é necessário reconhecer perda adicional do valor recuperável sobre o investimento da Companhia em sua Controlada, de acordo com os critérios estabelecidos na Nota 2.12.

Portonave S/A – Terminais Portuários de Navegantes

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação

31 de dezembro de 2011 e 2010

(Em milhares de reais)

2. Políticas contábeis—continuação

2.3 Conversão de moeda estrangeira

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas são apresentadas em Reais (R\$), que é a moeda funcional da controladora e de suas controladas.

Transações e saldos

As transações em moeda estrangeira são inicialmente registradas à taxa de câmbio da moeda funcional em vigor na data da transação.

Os ativos e passivos monetários denominados em moeda estrangeira são reconvertidos à taxa de câmbio da moeda funcional em vigor na data do balanço, sendo que, todas as diferenças são registradas na demonstração do resultado.

Portonave S/A – Terminais Portuários de Navegantes

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2011 e 2010
(Em milhares de reais)

2. Políticas contábeis—continuação

2.4 Reconhecimento de receita

A receita é reconhecida na extensão em que for provável que benefícios econômicos serão gerados para a Companhia e quando possa ser mensurada de forma confiável. A receita é mensurada com base no valor justo da contraprestação recebida, excluindo descontos, abatimentos e impostos ou encargos sobre vendas. A Companhia avalia as transações de receita de acordo com os critérios específicos para determinar se está atuando como agente ou principal e, ao final, concluiu que está atuando como principal em todos os seus contratos de receita. Os critérios específicos, a seguir, devem também ser satisfeitos antes de haver reconhecimento de receita:

Prestação de serviços

A receita de serviços é reconhecida com base na movimentação dos contêineres. Quando o resultado da movimentação de contêineres não puder ser medido de forma confiável, a receita é reconhecida apenas na extensão em que as despesas incorridas puderem ser recuperadas.

Venda de mercadorias

A receita de venda de mercadorias é reconhecida quando os riscos e benefícios significativos da propriedade dos produtos forem transferidos ao comprador, o que geralmente ocorre na sua entrega.

Receita de juros

Para todos os instrumentos financeiros avaliados ao custo amortizado e ativos financeiros que rendem juros, classificados como disponíveis para venda, a receita ou despesa financeira é contabilizada utilizando-se a taxa de juros efetiva, que desconta exatamente os pagamentos ou recebimentos futuros estimados de caixa ao longo da vida estimada do instrumento financeiro ou em um período de tempo mais curto, quando aplicável, ao valor contábil líquido do ativo ou passivo financeiro. A receita de juros é incluída na rubrica receita financeira, na demonstração do resultado.

Receita de Aluguel

A receita de aluguel resultante de arrendamentos mercantis de imóveis, instalações e equipamentos, é contabilizada de forma linear ao longo do prazo do compromisso de arrendamento mercantil e encontra-se registrada na rubrica de outras receitas operacionais, na demonstração do resultado.

Portonave S/A – Terminais Portuários de Navegantes

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação

31 de dezembro de 2011 e 2010

(Em milhares de reais)

2. Políticas contábeis—continuação

2.5 Impostos

Imposto de renda e contribuição social – correntes

Ativos e passivos tributários correntes do último exercício e de anos anteriores são mensurados ao valor recuperável esperado ou a pagar para as autoridades fiscais. As alíquotas de imposto e as leis tributárias usadas para calcular o montante são aquelas que estão em vigor ou substancialmente em vigor na data do balanço.

Impostos diferidos

Impostos diferidos ativos são reconhecidos para todas as diferenças temporárias dedutíveis, créditos e perdas tributários não utilizados, na extensão em que seja provável que o lucro tributável esteja disponível para que as diferenças temporárias dedutíveis possam ser realizadas, e créditos e perdas tributários não utilizados possam ser utilizados. Impostos diferidos passivos são reconhecidos para todas as diferenças tributárias temporárias.

O valor contábil dos impostos diferidos ativos é revisado em cada data do balanço e baixado na extensão em que não é mais provável que lucros tributáveis estarão disponíveis para permitir que todo ou parte do ativo tributário diferido venha a ser utilizado.

Impostos diferidos ativos e passivos são mensurados à taxa de imposto que é esperada de ser aplicável no ano em que o ativo será realizado ou o passivo liquidado, com base nas taxas de imposto (e lei tributária) que foram promulgadas na data do balanço.

Impostos diferidos ativos e passivos são apresentados líquidos se existe um direito legal ou contratual para compensar o ativo fiscal contra o passivo fiscal e os impostos diferidos são relacionados à mesma entidade tributada e sujeitos à mesma autoridade tributária.

Portonave S/A – Terminais Portuários de Navegantes

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2011 e 2010
(Em milhares de reais)

2. Políticas contábeis—continuação

2.5 Impostos--continuação

Imposto sobre vendas

Receitas, despesas e ativos são reconhecidos líquidos dos impostos sobre vendas exceto:

- quando os impostos sobre vendas incorridos na compra de bens ou serviços não for recuperável junto às autoridades fiscais, hipótese em que o imposto sobre vendas é reconhecido como parte do custo de aquisição do ativo ou do item de despesa, conforme o caso; e
- quando os valores a receber e a pagar forem apresentados juntos com o valor dos impostos sobre vendas.
- O valor líquido dos impostos sobre vendas, recuperável ou a pagar, é incluído como componente dos valores a receber ou a pagar no balanço patrimonial.

As receitas de vendas de mercadorias e de prestação de serviços estão sujeitas aos seguintes impostos e contribuições, pelas seguintes alíquotas médias:

- Programa de Integração Social - PIS: 1,65%
- Contribuição para Financiamento da Seguridade Social - COFINS: 7,6%
- Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza – ISS: 2%

2.6 Instrumentos financeiros

(i) Ativos Financeiros

Reconhecimento inicial e mensuração

Ativos financeiros são classificados como ativos financeiros a valor justo por meio do resultado, empréstimos e recebíveis, investimentos mantidos até o vencimento ou ativos financeiros disponíveis para venda, conforme a situação. A Companhia determina a classificação dos seus ativos financeiros no momento do seu reconhecimento inicial, quando ele se torna parte das disposições contratuais do instrumento.

Portonave S/A – Terminais Portuários de Navegantes

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2011 e 2010
(Em milhares de reais)

2. Políticas contábeis — continuação

2.6 Instrumentos financeiros -- continuação

(i) Ativos Financeiros -- continuação

Ativos financeiros são reconhecidos inicialmente ao valor justo, acrescidos, no caso de investimentos não designados a valor justo por meio do resultado, dos custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à aquisição do ativo financeiro.

Os ativos financeiros da Companhia incluem caixa e equivalentes de caixa, contas a receber de clientes e outras contas a receber, empréstimos e outros recebíveis.

Os ativos financeiros da companhia são classificados nas categorias de ativos financeiros a valor justo por meio do resultado e empréstimos e recebíveis.

Mensuração subsequente

A mensuração subsequente de ativos financeiros depende da sua classificação, que pode ser da seguinte forma:

Ativos financeiros a valor justo por meio do resultado

Ativos financeiros a valor justo por meio do resultado incluem ativos financeiros mantidos para negociação e ativos financeiros designados no reconhecimento inicial a valor justo por meio do resultado. Ativos financeiros são classificados como mantidos para negociação se forem adquiridos com o objetivo de venda no curto prazo. Ativos financeiros a valor justo por meio do resultado são apresentados no balanço patrimonial a valor justo, com os correspondentes ganhos ou perdas reconhecidos na demonstração do resultado.

Portonave S/A – Terminais Portuários de Navegantes

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2011 e 2010
(Em milhares de reais)

2. Políticas contábeis — continuação

2.6 Instrumentos financeiros--continuação

(i) Ativos Financeiros -- continuação

Empréstimos e recebíveis

Empréstimos e recebíveis são ativos financeiros não derivativos, com pagamentos fixos ou determináveis, não cotados em um mercado ativo. Após a mensuração inicial, esses ativos financeiros são contabilizados ao custo amortizado, utilizando o método de juros efetivos (taxa de juros efetiva), menos perda por redução ao valor recuperável. O custo amortizado é calculado levando em consideração qualquer desconto ou “prêmio” na aquisição e taxas ou custos incorridos. A amortização do método de juros efetivos é incluída na linha de receita financeira na demonstração de resultado. As perdas por redução ao valor recuperável são reconhecidas como despesa financeira no resultado.

Desreconhecimento (baixa)

Um ativo financeiro (ou, quando for o caso, uma parte de um ativo financeiro ou parte de um grupo de ativos financeiros semelhantes) é baixado quando:

- Os direitos de receber fluxos de caixa do ativo expirarem;
- A Companhia transferiu os seus direitos de receber fluxos de caixa do ativo ou assumiu uma obrigação de pagar integralmente os fluxos de caixa recebidos, sem demora significativa, a um terceiro por força de um acordo de “repasso”; e (a) a Companhia transferiu substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo, ou (b) a Companhia não transferiu nem reteve substancialmente todos os riscos e benefícios relativos ao ativo, mas transferiu o controle sobre o ativo.

Portonave S/A – Terminais Portuários de Navegantes

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2011 e 2010
(Em milhares de reais)

2. Políticas contábeis—continuação

2.6 Instrumentos financeiros--continuação

(ii) Redução do valor recuperável de ativos financeiros

A Companhia avalia nas datas do balanço se há alguma evidência objetiva que determine se o ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros não é recuperável. Um ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros é considerado como não recuperável se, e somente se, houver evidência objetiva de ausência de recuperabilidade como resultado de um ou mais eventos que tenham acontecido depois do reconhecimento inicial do ativo (“um evento de perda” incorrido) e este evento de perda tenha impacto no fluxo de caixa futuro estimado do ativo financeiro ou da Companhia de ativos financeiros que possa ser razoavelmente estimado. Evidência de perda por redução ao valor recuperável pode incluir indicadores de que as partes tomadoras do empréstimo estão passando por um momento de dificuldade financeira relevante. A probabilidade de que as mesmas irão entrar em falência ou outro tipo de reorganização financeira, *default* ou atraso de pagamento de juros ou principal e quando há indicadores de uma queda mensurável do fluxo de caixa futuro estimado, como mudanças em vencimento ou condição econômica relacionados com *defaults*.

(iii) Passivos financeiros

Reconhecimento inicial e mensuração

Passivos financeiros são classificados como passivos financeiros a valor justo por meio do resultado e empréstimos e financiamentos. A Companhia determina a classificação dos seus passivos financeiros no momento do seu reconhecimento inicial.

Passivos financeiros são inicialmente reconhecidos a valor justo e, no caso de empréstimos e financiamentos, são acrescidos do custo da transação diretamente relacionado.

Os passivos financeiros da Companhia incluem contas a pagar a fornecedores e outras contas a pagar, contas garantia (conta-corrente com saldo negativo), empréstimos e financiamentos e contratos de garantia financeira.

Portonave S/A – Terminais Portuários de Navegantes

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2011 e 2010
(Em milhares de reais)

2. Políticas contábeis — continuação

2.6 Instrumentos financeiros -- continuação

(iii) Passivos financeiros -- continuação

Mensuração subsequente de empréstimos e financiamentos

Após reconhecimento inicial, empréstimos e financiamentos sujeitos a juros são mensurados subsequentemente pelo custo amortizado, utilizando o método da taxa de juros efetivos. Ganhos e perdas são reconhecidos na demonstração do resultado no momento da baixa dos passivos, bem como durante o processo de amortização pelo método da taxa de juros efetivos.

Desreconhecimento (Baixa)

Um passivo financeiro é baixado quando a obrigação for revogada, cancelada ou expirar.

2.7 Ajuste a valor presente de ativos e passivos

Os ativos e passivos monetários de longo prazo são atualizados monetariamente e, portanto, estão ajustados pelo seu valor presente. O ajuste a valor presente de ativos e passivos monetários de curto prazo é calculado, e somente registrado, se considerado relevante em relação às demonstrações contábeis tomadas em conjunto. Para fins de registro e determinação de relevância, o ajuste a valor presente é calculado levando em consideração os fluxos de caixa contratuais e a taxa de juros explícita, e em certos casos implícita, dos respectivos ativos e passivos. Com base nas análises efetuadas e na melhor estimativa da administração, a Companhia concluiu que o ajuste a valor presente de ativos e passivos monetários circulantes é irrelevante em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto e, dessa forma, não registrou nenhum ajuste.

Portonave S/A – Terminais Portuários de Navegantes

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação

31 de dezembro de 2011 e 2010

(Em milhares de reais)

2. Políticas contábeis—continuação

2.8 Imobilizado

Instalações e equipamentos são apresentados ao custo, líquido de depreciação acumulada e/ou perdas acumuladas por redução ao valor recuperável, se for o caso. O referido custo inclui o custo de reposição de parte do imobilizado e custos de empréstimo de projetos de construção de longo prazo, quando os critérios de reconhecimento forem satisfeitos. Quando partes significativas do ativo imobilizado são substituídas, a Companhia reconhece essas partes como ativo individual com vida útil e depreciação específica. Da mesma forma, quando uma inspeção relevante for feita, o seu custo é reconhecido no valor contábil do imobilizado, se os critérios de reconhecimento forem satisfeitos. Todos os demais custos de reparos e manutenção são reconhecidos na demonstração do resultado, quando incorridos. O valor presente do custo esperado da desativação do ativo após a sua utilização é incluído no custo do correspondente ativo se os critérios de reconhecimento para uma provisão forem satisfeitos. O valor residual e a vida útil estimada dos bens são revisados e ajustados, se necessário, na data de encerramento do exercício.

Depreciação é calculada de forma linear ao longo da vida útil do ativo, a taxas que levam em consideração a vida útil estimada dos bens, como segue:

- Edifícios e obras portuárias 25 anos
- Equipamentos portuários 5 a 15 anos
- Veículos e veículos portuários 5 a 10 anos

Portonave S/A – Terminais Portuários de Navegantes

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2011 e 2010
(Em milhares de reais)

2. Políticas contábeis—continuação

2.8 Imobilizado--continuação

Um item de imobilizado é baixado quando vendido ou quando nenhum benefício econômico futuro for esperado do seu uso ou venda. Eventual ganho ou perda resultante da baixa do ativo (calculado como sendo a diferença entre o valor líquido da venda e o valor contábil do ativo) são incluídos na demonstração do resultado no exercício em que o ativo for baixado.

O valor residual e vida útil dos ativos e os métodos de depreciação são revistos no encerramento de cada exercício, e ajustados de forma prospectiva, quando for o caso. Em 1º de janeiro de 2010 a companhia procedeu a revisão da vida útil de seu ativo imobilizado tendo modificado a taxa de depreciação de certos bens a partir daquela data.

2.9 Custo dos empréstimos

Custos de empréstimos diretamente relacionados com a aquisição, construção ou produção de um ativo que necessariamente requer um tempo significativo para ser concluído para fins de uso ou venda são capitalizados como parte do custo do correspondente ativo. Todos os demais custos de empréstimos são registrados em despesa no período em que são incorridos. Custos de empréstimo compreendem juros e outros custos incorridos por uma entidade relativos ao empréstimo.

2.10 Ativos intangíveis

Ativos intangíveis adquiridos separadamente são mensurados ao custo no momento do seu reconhecimento inicial. Após o reconhecimento inicial, os ativos intangíveis são apresentados ao custo, menos amortização acumulada e perdas acumuladas de valor recuperável. Não há ativos intangíveis gerados internamente. A vida útil de ativo intangível da companhia em 31 de dezembro de 2011 e 2010 é avaliada como definida.

Portonave S/A – Terminais Portuários de Navegantes

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2011 e 2010
(Em milhares de reais)

2. Políticas contábeis--continuação

2.10 Ativos intangíveis--continuação

Ativos intangíveis com vida definida são amortizados ao longo da vida útil econômica e avaliados em relação à perda por redução ao valor recuperável sempre que houver indicação de perda de valor econômico do ativo. O período e o método de amortização para um ativo intangível com vida definida são revisados no mínimo ao final de cada exercício social. Mudanças na vida útil estimada ou no consumo esperado dos benefícios econômicos futuros desses ativos são contabilizadas por meio de mudanças no período ou método de amortização, conforme o caso, sendo tratadas como mudanças de estimativas contábeis. A amortização de ativos intangíveis com vida definida é reconhecida na demonstração do resultado na categoria de despesa consistente com a utilização do ativo intangível.

2.11 Estoques

Os estoques são avaliados ao custo ou ao valor líquido, dos dois o menor. Os custos incorridos para levar cada produto à sua atual localização e condição são contabilizados da seguinte forma:

- Matérias primas - custo de aquisição segundo o custo médio.
- Produtos acabados e em elaboração - custo dos materiais diretos e mão de obra e uma parcela proporcional das despesas gerais indiretas de fabricação com base na capacidade operacional normal, mas excluindo custos de empréstimos.
- O valor realizável líquido corresponde ao preço de venda no curso normal dos negócios, menos custos estimados necessários para a realização da venda.

2.12 Perda por redução ao valor recuperável de ativos não financeiros

A administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Sendo tais evidências identificadas e o valor contábil líquido exceder o valor recuperável, é constituída provisão para desvalorização ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável.

O valor recuperável de um ativo ou de determinada unidade geradora de caixa é definido como sendo o maior entre o valor em uso e o valor líquido de venda.

Portonave S/A – Terminais Portuários de Navegantes

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2011 e 2010
(Em milhares de reais)

2. Políticas contábeis—continuação

2.12 Perda por redução ao valor recuperável de ativos não financeiros - continuação

Na estimativa do valor em uso do ativo, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados ao seu valor presente, utilizando uma taxa de desconto antes dos impostos que reflita o custo médio ponderado de capital para a indústria em que opera a unidade geradora de caixa. O valor líquido de venda é determinado, sempre que possível, com base em contrato de venda firme em uma transação em bases comutativas, entre partes conhecedoras e interessadas, ajustado por despesas atribuíveis à venda do ativo, ou, quando não há contrato de venda firme, com base no preço de mercado de um mercado ativo, ou no preço da transação mais recente com ativos semelhantes.

Nas datas dos balanços não foram identificados fatores que indicassem a necessidade de constituição de provisão para o valor recuperável de ativos.

2.13 Caixa e equivalentes de caixa

Os equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo, e não para investimento ou outros fins. A Companhia considerada equivalentes de caixa uma aplicação financeira de conversibilidade imediata em um montante conhecido de caixa e estando sujeita a um insignificante risco de mudança de valor. Por conseguinte, um investimento, normalmente, se qualifica como equivalente de caixa quando tem vencimento de curto prazo, por exemplo, três meses ou menos, a contar da data da contratação.

2.14 Provisões

Geral

Provisões são reconhecidas quando a Companhia tem uma obrigação presente (legal ou não formalizada) em consequência de um evento passado, é provável que benefícios econômicos sejam requeridos para liquidar a obrigação e uma estimativa confiável do valor da obrigação possa ser feita. Quando a Companhia espera que o valor de uma provisão seja reembolsado, no todo ou em parte, por exemplo, por força de um contrato de seguro, o reembolso é reconhecido como um ativo separado, mas apenas quando o reembolso for praticamente certo. A despesa relativa a qualquer provisão é apresentada na demonstração do resultado, líquida de qualquer reembolso.

Portonave S/A – Terminais Portuários de Navegantes

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2011 e 2010
(Em milhares de reais)

Provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas

A Companhia é parte de diversos processos judiciais e administrativos. Provisões são constituídas para todas as contingências referentes a processos judiciais para os quais é provável que uma saída de recursos seja feita para liquidar a contingência/obrigação e uma estimativa razoável possa ser feita. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

2.15 Pronunciamentos do IFRS ainda não em vigor em 31 de dezembro de 2011

Abaixo informamos as normas emitidas que ainda não haviam entrado em vigor até a data da emissão das demonstrações financeiras da “Companhia”. Esta listagem de normas e interpretações emitidas contempla aquelas que a “Companhia” de forma razoável espera que produzam impactos nas divulgações, situação financeira ou desempenho mediante sua aplicação em data futura. A “Companhia” pretende adotar tais normas quando as mesmas entrarem em vigor.

- *IAS 1 – Apresentação das Demonstrações Financeiras – Apresentação de itens de Outros resultados Abrangentes*
Esta emenda entrará em vigor para os períodos anuais iniciando em ou após 1º de janeiro de 2012.
- *IAS 19 – Benefícios aos empregados (Emenda)*
O IASB emitiu várias emendas ao IAS 19. Tais emendas englobam desde alterações fundamentais, até simples esclarecimentos sobre valorização, desvalorizações e reformulação. A “Companhia” está atualmente avaliando o impacto completo das emendas restantes. Esta emenda entrará em vigor para os períodos anuais iniciando em ou após 1º de janeiro de 2013
- *IAS 27 – Demonstrações Financeiras Consolidadas Individuais (revisado em 2011)*
Como consequência dos recentes IFRS 10 (Demonstrações Financeiras Consolidadas) e IFRS 12 (Divulgações de participações em outras entidades), o que permanece no IAS restringe-se á contabilização de subsidiárias, entidades de controle conjunto e associadas em demonstrações financeiras em separado. Esta emenda entra em vigor para períodos anuais iniciando em ou a partir de 1º de janeiro de 2012.

Portonave S/A – Terminais Portuários de Navegantes

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação

31 de dezembro de 2011 e 2010

(Em milhares de reais)

2.15 Pronunciamentos do IFRS ainda não em vigor em 31 de dezembro de 2011 - continuação

- *IFRS 7 – Instrumentos Financeiros: Divulgações*
Esta emenda exige divulgação adicional sobre ativos financeiros que foram transferidos, porém não baixados, a fim de possibilitar que o usuário das demonstrações financeiras da “Companhia” compreenda a relação com aqueles ativos que não foram baixados e seus passivos associados. Além disso, a emenda exige divulgações quanto ao envolvimento continuado nos ativos financeiros baixados para permitir que o usuário avalie a natureza do envolvimento continuado da entidade nesses ativos baixados, assim como os riscos associados. Esta emenda entrará em vigor para os períodos anuais iniciando em ou a partir de 1º de julho de 2011, e, no Brasil, somente após a aprovação do CPC. A emenda em questão afeta apenas as divulgações e não tem impacto sobre o desempenho ou a situação financeira da “Companhia”.
- *IFRS 9 – Instrumentos Financeiros: Classificação e Mensuração*
O IFRS 9 na forma que foi emitido reflete a primeira fase do trabalho do IASB na substituição do IAS 39 e refere-se à classificação e mensuração dos ativos e passivos financeiros conforme estabelece o IAS 39. A norma entrará em vigor para os períodos anuais iniciando ou a partir de 1º de janeiro de 2013. Em fases subseqüentes, o IASB examinará contabilidade de cobertura e perda no valor recuperável de ativos financeiros. Esse projeto deverá ser encerrado entre o final de 2011 e o primeiro semestre de 2012. Adoção da primeira fase do IFRS 9 terá efeito sobre a classificação e mensuração dos ativos financeiros da “Companhia”, mas potencialmente não trará impactos sobre a classificação e mensuração dos passivos financeiros. A “Companhia” irá quantificar o efeito dessa demanda em conjunto com as outras fases, quando emitidas, a fim de apresentar, um quadro abrangente.
- *IFRS 10 – Demonstrações Financeiras Consolidadas*
O IFRS 10 substitui as partes do IAS 27 Demonstrações Financeiras Consolidadas e Individuais que se referem ao tratamento contábil das demonstrações financeiras consolidadas. Inclui também os pontos levantados no SIC -12 Consolidação – Entidades para fins especiais – Envolvimento com Outras Entidades. O IFRS 10 estabelece um único modelo de consolidação baseado em controle que se aplica a todas as entidades, inclusive às entidades para fins especiais. As alterações introduzidas pelo IFRS 10 irão exigir que a administração exerça importante julgamento na determinação de quais entidades são controladas e, portanto, necessitam ser consolidadas e pela controladora, em comparação com as exigências

Portonave S/A – Terminais Portuários de Navegantes

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação

31 de dezembro de 2011 e 2010

(Em milhares de reais)

2.15 Pronunciamentos do IFRS ainda não em vigor em 31 de dezembro de 2011 - continuação

estabelecidas pelo IAS 27. Esta norma entrara em vigor para os períodos anuais iniciando em ou a partir de 1º de janeiro de 2013.

- *IFRS 11 – Acordos Conjuntos*
Esta emenda entrará em vigor para os períodos anuais iniciando ou a partir de 1º de janeiro de 2013.
- *IFRS 13 – Mensuração de Valor Justo*
Esta emenda entrará em vigor para os períodos anuais iniciando em ou a partir de 1º de janeiro de 2013.

Portonave S/A – Terminais Portuários de Navegantes

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2011 e 2010
(Em milhares de reais)

3. Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas

Julgamentos

A preparação das demonstrações financeiras consolidadas da Companhia requer que a administração faça julgamentos e estimativas e adote premissas que afetam os valores apresentados de receitas, despesas, ativos e passivos, bem como as divulgações de passivos contingentes, na data base das demonstrações financeiras. Contudo, a incerteza relativa a essas premissas e estimativas poderia levar a resultados que requeiram um ajuste significativo ao valor contábil do ativo ou passivo afetado em períodos futuros. No processo de aplicação das políticas contábeis da Companhia, a administração fez os seguintes julgamentos que têm efeito mais significativo sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras consolidadas:

Estimativas e Premissas

As principais premissas relativas a fontes de incerteza nas estimativas futuras e outras importantes fontes de incerteza em estimativas na data do balanço, envolvendo risco significativo de causar um ajuste significativo no valor contábil dos ativos e passivos no próximo exercício financeiro, são discutidas a seguir.

Perda por Redução ao Valor Recuperável de Ativos não Financeiros

Uma perda por redução ao valor recuperável existe quando o valor contábil de um ativo ou unidade geradora de caixa excede o seu valor recuperável, o qual é o maior entre o valor justo menos custos de venda e o valor em uso. O cálculo do valor justo menos custos de vendas é baseado em informações disponíveis de transações de venda de ativos similares ou preços de mercado menos custos adicionais para descartar o ativo. O cálculo do valor em uso é baseado no modelo de fluxo de caixa descontado. Os fluxos de caixa derivam do orçamento para os próximos dez anos e não incluem atividades de reorganização com as quais a Companhia ainda não tenha se comprometido ou investimentos futuros significativos que melhorarão a base de ativos da unidade geradora de caixa objeto de teste. O valor recuperável é sensível à taxa de desconto utilizada no método de fluxo de caixa descontado, bem como aos recebimentos de caixa futuros esperados e à taxa de crescimento utilizada para fins de extrapolação.

Portonave S/A – Terminais Portuários de Navegantes

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação

31 de dezembro de 2011 e 2010

(Em milhares de reais)

3. Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas--continuação

Impostos

Existem incertezas com relação à interpretação de regulamentos tributários complexos e ao valor e época de resultados tributáveis futuros. Dado o amplo aspecto da legislação tributária bem como a natureza de longo prazo e a complexidade dos instrumentos contratuais existentes, diferenças entre os resultados reais e as premissas adotadas, ou futuras mudanças nessas premissas, poderiam exigir ajustes futuros na receita e despesa de impostos já registrada. A Companhia em 31 de dezembro de 2011 e 2010, não identificou nenhum assunto que requeira a constituição provisões para temas tributários e não há atualmente auditorias por parte das autoridades fiscais em andamento. Diferenças de interpretação podem surgir numa ampla variedade de assuntos, dependendo das condições vigentes no respectivo domicílio da companhia da Companhia.

Imposto diferido ativo é reconhecido para todos os prejuízos fiscais não utilizados na extensão em que seja provável que haja lucro tributável disponível para permitir a utilização dos referidos prejuízos. Julgamento significativo da administração é requerido para determinar o valor do imposto diferido ativo que pode ser reconhecido, com base no prazo provável e nível de lucros tributáveis futuros, juntamente com estratégias de planejamento fiscal futuras.

Valor Justo de Instrumentos Financeiros

Quando o valor justo de ativos e passivos financeiros apresentados no balanço patrimonial não puder ser obtido de mercados ativos, é determinado utilizando técnicas de avaliação, incluindo o método de fluxo de caixa descontado. Os dados para esses métodos se baseiam naqueles praticados no mercado, quando possível, contudo, quando isso não for viável, um determinado nível de julgamento é requerido para estabelecer o valor justo. O julgamento inclui considerações sobre os dados utilizados como, por exemplo, risco de liquidez, risco de crédito e volatilidade. Mudanças nas premissas sobre esses fatores poderiam afetar o valor justo apresentado dos instrumentos financeiros.

Portonave S/A – Terminais Portuários de Navegantes

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação

31 de dezembro de 2011 e 2010

(Em milhares de reais)

3. Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas--continuação

Provisões para Riscos Tributários, Cíveis e Trabalhistas

A Companhia reconhece provisão para causas cíveis e trabalhistas. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

4. Caixa e equivalentes de caixa:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2011	31/12/2010	30/06/2011	31/12/2010
Caixa	160	2.011	2.285	2.038
Aplicações:				
BB/Besc	27.222	12.309	27.222	12.309
Safrá	256	233	257	738
Bradesco	647	1.878	3.559	3.551
Bic	3.635	1.535	3.635	1.535
Banco Daycoval	1.653	541	1.653	883
	33.573	18.507	38.611	21.054

As aplicações financeiras são compostas por Fundos de Investimentos de curto prazo, lastreados ao rendimento do CDI, resgatáveis a qualquer momento. Em 31 de dezembro de 2011, a Companhia não tem disponíveis linhas de financiamento comprometidas e não sacadas.

5. Conta vinculada

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2011	31/12/2010	31/12/2011	31/12/2010
	13.553	12.814	13.553	12.814
	13.553	12.814	13.553	12.814

Portonave S/A – Terminais Portuários de Navegantes

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação

31 de dezembro de 2011 e 2010

(Em milhares de reais)

5. Conta vinculada – continuação

Valor em conta vinculada a GE Capital Co., principal credora da Companhia, o qual se refere-se a “escrow account” junto ao Deutsche Bank S/A, para recebimento dos adiantamentos efetuados pela companhia seguradora, relativo ao sinistro ocorrido nas instalações da câmara frigorífica da companhia. Tais recursos serão utilizados para o pagamento dos fornecedores contratados para a reconstrução da câmara frigorífica.

6. Contas a receber

Registra os valores a receber de clientes relativo as atividades de prestação de serviços portuários da Companhia de forma individual bem como das atividades das subsidiárias integrais Icept S/A e Teconnave S/A, além de outros valores a receber, conforme abaixo:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2011	31/12/2010	31/12/2011	31/12/2010
Serviços portuários	22.818	14.355	23.360	14.355
Celesc distribuição – reembolso	496	15.112	496	15.112
Dragagem – Autoridade Portuária	1.000	-	1.000	-
Serviços de armazenagem	-	-	874	27
Exportação/Importação de mercadorias	-	-	10.277	3.374
Indenizações de seguros – a receber	-	-	-	7.442
Provisão para devedores duvidosos	(200)	(166)	(200)	(166)
	24.114	29.301	35.807	40.144

A movimentação da provisão para crédito de liquidação duvidosa está demonstrada a seguir:

	31/12/2011	31/12/2010
Saldo no início do exercício	166	122
Adições	66	44
Recuperações/ realizações	(32)	-
Saldo no final do exercício	200	166

No longo prazo registra o montante de R\$1.913 relativo a serviços portuários.

Portonave S/A – Terminais Portuários de Navegantes

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação

31 de dezembro de 2011 e 2010

(Em milhares de reais)

7. Impostos a recuperar

Registra nesta rubrica montantes relativos a impostos passíveis de compensação e ou restituição, oriundos das atividades da companhia, bem como de suas subsidiárias. Os valores são atualizados mensalmente pela taxa SELIC, e os montantes passíveis de restituição foram solicitados junto ao Fisco Federal, Estadual e Municipal.

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2011	31/12/2010	31/12/2011	31/12/2010
IRRF a Recuperar	398	366	443	377
PIS a Recuperar	31	29	31	29
COFINS a Recuperar	143	131	143	131
Outros Impostos	14	14	19	113
	586	540	636	650

8. Adiantamento a fornecedores

O montante consolidado de R\$ 4.738 em 31 de dezembro de 2011 (R\$8.094 em 31/12/2010), consignado nesta rubrica correspondem a adiantamentos relativos a prestação de serviços e aquisição de mercadorias aplicados na operação própria e de suas subsidiárias.

9. Despesas antecipadas

	Controladora e Consolidado	
	31/12/2011	31/12/2010
Veículos	3	9
Seguro operador portuário	3.940	6.595
Extensão de garantia - equipamentos	52	26
	3.995	6.630

Portonave S/A – Terminais Portuários de Navegantes

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação

31 de dezembro de 2011 e 2010

(Em milhares de reais)

9. Despesas antecipadas--continuação

O seguro da modalidade operador portuário é relacionado à operação e manutenção das atividades da Companhia possuindo cobertura de responsabilidade civil, danos a bens móveis e imóveis, perdas de receita e lucros cessantes, tendo a sua cobertura vigente até 02 de setembro de 2012.

10. Outros créditos

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2011	31/12/2010	31/12/2011	31/12/2010
Adiantamentos a funcionários	329	270	459	316
Adiantamentos para reconstrução da				
Câmara frigorífica a serem ressarcidos	-	12.812	-	12.812
por seguro				
Outros	247	3.837	2.967	3.987
	576	16.919	3.426	17.115

Portonave S/A – Terminais Portuários de Navegantes

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação

31 de dezembro de 2011 e 2010

(Em milhares de reais)

11. Investimentos

Os investimentos da Companhia em controladas estão demonstrados abaixo:

	31/12/11					31/12/2010	
	Capital social	Patrimônio líquido	Resultado	Participação no capital %	Equivalência patrimonial	Investimento	Investimento
Iceport S.A.	4.000	3.590	(410)	100%	(410)	3.590	9.218
Teconave S.A.	500	29.140	28.668	100%	28.668	29.140	1
					28.258	32.730	9.219

12. Imobilizado (controladora e consolidado)

	31/12/2011	31/12/2010
Câmara frigorífica	77.096	73.692
Imobilizado portuário	1.494.211	1.550.925
	1.571.307	1.624.617

12.1. Câmara frigorífica

Estão registrados nesta rubrica o montante de R\$ 77.095 (R\$73.692 em 31 de dezembro de 2010) desembolsados para construir, instalar e equipar a câmara frigorífica utilizada pela companhia para movimentação de carga própria e de terceiros, através de sua controlada Iceport S.A. Como mencionado na Nota Explicativa 1, em 12 de novembro de 2009, parte das instalações da câmara foi danificada por incêndio. O valor que exceder o custo original proveniente de melhorias efetuadas para otimização da segurança, desempenho e funcionamento da câmara serão assumidos pela Companhia, e capitalizados quando do encerramento dos contratos de reconstrução.

A movimentação ocorrida nesse ativo está demonstrada como segue:

	31/12/2011	31/12/2010
Saldo no início do exercício	73.692	72.718
Adições	7.987	3.316
Depreciação	(4.584)	(2.342)
Saldo no final do período	77.095	73.692

Portonave S/A – Terminais Portuários de Navegantes

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2011 e 2010
(Em milhares de reais)

12. Imobilizado (controladora e consolidado) – continuação

12.2

Imobilizado
portuário

2011

Custo	Terrenos	Edificações e Instalações	Maq. e equip.	Móveis e utensílios	Hardware	Softwares	Imob. Andamento	Veículo	Outros	Total
Saldo em 31/12/2010	155.549	1.069.206	421.449	7.988	19.653	15.768	59.822	1.790	10.231	1.761.456
Aquisições	-	309	204	189	331	73	26.031	172	393	27.702
Baixas	-	-	-	-	-	-	-	(216)	-	(216)
Transferências	-	3.005	13.368	9	-	-	(16.386)	-	4	-
Saldo em 31/12/2011	155.549	1.072.520	435.021	8.186	19.984	15.841	69.467	1.746	10.628	1.788.942

Depreciação	Terrenos	Edificações e Instalações	Maq. e equip.	Móveis e utensílios	Equip. de proc.de dados	Softwares	Imob. Andamento	Veículo	Outros	Total
Saldo em 31/12/2010	-	(79.100)	(110.168)	(1.797)	(9.449)	(7.491)	-	(724)	(1.802)	(210.531)
Depreciação	-	(27.496)	(47.655)	(830)	(3.980)	(3.162)	-	(347)	(894)	(84.364)
Baixas	-	-	-	-	-	-	-	165	-	165
Saldo em 31/12/2011	-	(106.596)	(157.823)	(2.627)	(13.429)	(10.653)	-	(906)	(2.696)	(294.730)

Valor contábil líquido

Saldo em 31/12/2010	155.549	990.106	311.281	6.191	10.204	8.277	59.822	1.066	8.429	1.550.925
Saldo em 31/12/2011	155.549	965.924	277.198	5.559	6.555	5.188	69.467	840	7.932	1.494.212

Portonave S/A – Terminais Portuários de Navegantes

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação

31 de dezembro de 2011 e 2010

(Em milhares de reais)

13. Intangível (controladora e consolidado)

Os Ativo Intangível é representado exclusivamente pelos gastos relativos à implantação de uma Linha de Transmissão de Energia Elétrica, que foi construída pela Portonave com base no Termo de Compromisso de 18 de janeiro de 2007, firmado com a CELESC Distribuição S/A visando o benefício econômico pela melhor operacionalização das atividades portuárias na captação de energia elétrica. A linha de transmissão é amortizada pelo tempo estimado de recuperabilidade do investimento que são de 10 anos para os equipamentos e 25 anos para as edificações

Custo	Obras LT	Edificações LT	Maquinas LT	Instalações LT	Total
Saldo em 31/12/2010	1.361	1.384	104	2.016	4.865
Adições	128	132	10	190	460
Baixas	-	-	-	-	-
Saldo em 31/12/2011	1.489	1.516	114	2.206	5.325

Amortização	Obras LT	Edificações LT	Maquinas LT	Instalações LT	Total
Saldo em 31/12/2010	(8)	(8)	(1)	(37)	(54)
Adições	(62)	(63)	(12)	(221)	(358)
Baixas	-	-	-	-	-
31/12/2011	(70)	(71)	(13)	(258)	(412)

Saldos em 31/12/2010	1.353	1.376	103	1.979	4.811
Saldo em 31/12/2011	1.419	1.445	101	1.948	4.913

Portonave S/A – Terminais Portuários de Navegantes

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação

31 de dezembro de 2011 e 2010

(Em milhares de reais)

14. Seguros e exigências ambientais

Em 31 de dezembro de 2011 a cobertura de seguro estabelecida pela Administração da Companhia e para suas subsidiárias, para eventuais sinistros contemplam: i) Responsabilidade Civil; ii) Danos Físicos a Bens Móveis e Imóveis e; iii) Cobertura adicional de perda de receita bruta e/ou despesas adicionais ou extraordinárias, conseqüentes de paralisação total ou parcial das atividades. O limite máximo indenizável é representado conforme quadro abaixo:

Risco	Data de vigência		Importância Segurada	Prêmio
	De	Até		
Operador Portuário	02/09/11	02/09/12	US\$166.000.000	R\$5.840

O escopo dos trabalhos de nossos auditores não inclui a emissão de opinião sobre a suficiência da cobertura de seguros, a qual foi determinada pela Administração da Companhia e que a considera suficiente para cobrir eventuais sinistros.

Portonave S/A – Terminais Portuários de Navegantes

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação

31 de dezembro de 2011 e 2010

(Em milhares de reais)

15. Fornecedores

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2011	31/12/2010	31/12/2011	31/12/2010
Serviços	1.286	8.272	2.224	8.555
Mercadorias	1.135	4.189	7.321	11.570
Em moeda estrangeira	1.505	1.419	14.624	1.419
	-			
	3.926	13.880	24.169	21.544

16. Empréstimos e financiamentos

A composição dos empréstimos contratados pela Companhia é a seguinte:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2011	31/12/2010	31/12/2011	31/12/2010
Circulante				
Banco Safra S/A	-	-	-	1
Banco Daycoval S/A	-	-	17	3
General Electric Capital Co.	42.768	37.991	42.768	37.991
	42.768	37.991	42.785	37.995
Não Circulante				
General Electric Capital Co.	128.305	151.957	128.305	151.957
	171.073	189.948	171.090	189.952

Portonave S/A – Terminais Portuários de Navegantes

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2011 e 2010
(Em milhares de reais)

16. Empréstimos e financiamentos--Continuação

Em maio de 2006, a Companhia firmou contrato com a *General Eletric Capital Corporation* que prevê a liberação de US\$110.000 para o financiamento da construção e dos equipamentos necessários para operação do porto. Esse contrato está indexado ao dólar norte-americano e sobre os valores liberados incide juros de 1,9% a.a. mais a taxa "libor".

A partir de 01 de outubro de 2008 a taxa de juros passou para 5,7452% a.a. conforme aceite do "Pedido de Repactuação de Taxa" assinado pela GE de 30 de setembro de 2008. Os juros incorridos sobre o principal, foram pagos mensalmente até dezembro de 2007 e trimestralmente a partir do ano de 2008.

Como garantias foram dadas em penhor a totalidade das ações, representativas de 100% do capital votante da Companhia, e também a totalidade das ações de sua propriedade, representativas de 100% do capital votante, créditos e direitos, das investidas Teconnave Terminais de Containeres de Navegantes S/A. e Iceport Terminal Frigorífico de Navegantes S.A.

A Assembléia Geral Extraordinária datada em de 14 de maio de 2007, autorizou a Diretoria Executiva da Companhia a assinar o termo aditivo e consolidação ao contrato de empréstimo assinado em 9 de maio de 2006, com a General Electric Capital Corporation e GE Corporate Finance Bank SAS, elevando o montante liberado de US\$110.000.000 para US\$182.400.000.

Até dezembro de 2011 foram pagas 16 (dezesesseis) parcelas de US\$5.700.000 cada, totalizando US\$91.200.000.

Os saldos não circulantes têm vencimento conforme segue:

Cronograma de vencimento dos empréstimos	
2013	42.768
2014	42.768
2015	42.769
	128.305

Portonave S/A – Terminais Portuários de Navegantes

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2011 e 2010

(Em milhares de reais)

16. Empréstimos e financiamentos--Continuação

Adicionalmente, o contrato com a GE prevê certos compromissos dos quais destacam-se:

- Certidões negativas junto a órgãos ambientais, como por exemplo a FATMA;
- Conservar apólice de seguro vigente;
- Estar homologado conforme os requerimentos da ANTAQ.

Em 31 de dezembro de 2011 a Companhia está em conformidade com todas as cláusulas de compromissos da GE.

17. Obrigações fiscais

Consigna nesta rubrica valores relativos a impostos e taxas retidos pela Companhia, bem como os montantes relativos aos impostos incidentes sobre: o a) faturamento, b) lucro e c) antecipações por serviços tomados conforme abaixo:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2011	31/12/2010	31/12/2011	31/12/2011
Impostos sobre lucro	2.168	1.238	2.955	1.238
Impostos retidos a recolher	407	507	531	594
Impostos sobre faturamento a recolher	1.260	737	1.856	763
Parcelamento – Secretária do Patrimônio da União	367	268	367	268
	4.202	2.750	5.709	2.863

Portonave S/A – Terminais Portuários de Navegantes

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação

31 de dezembro de 2011 e 2010

(Em milhares de reais)

18. Partes Relacionadas

	Controladora	
	31/12/2011	31/12/2010
Ativo circulante		
Iceport S/A – Contas a receber	877	7
Teconnave S/A	700	-
Maestra	20	-
Total ativo	<u>1.597</u>	<u>7</u>
Passivo Circulante		
TPI - Triunfo Particip. e Invest. S/A – Mútuo	48.568	40.700
Bakmoon Investment Inc. – Mútuo	50.980	42.721
Iceport S/A – Seguro	-	1.333
Teconnave S/A – Antecipação de lucros	29.426	-
Construtora Triunfo S/A	189	-
	<u>129.163</u>	<u>84.754</u>
Passivo não circulante		
Bakmoon Investments Inc.	109	109
Total passivo	<u>129.271</u>	<u>84.863</u>
Despesas financeiras		
TPI - Triunfo Particip. e Invest. S/A	(7.908)	(575)
Bakmoon Investment Inc	(8.259)	(603)
	<u>(16.167)</u>	<u>(1.178)</u>

Os saldos mantidos com os acionistas TPI - Triunfo Participações e Investimentos S/A e Bakmoon Investment Inc. possuem taxa de atualização similar sendo atualizados monetariamente pela taxa 5,7452% a.a., mais variação cambial.

Portonave S/A – Terminais Portuários de Navegantes

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação

31 de dezembro de 2011 e 2010

(Em milhares de reais)

19. Imposto de renda e contribuição social

a) Impostos diferidos ativos - Consolidado

A Companhia possui registrado Imposto de Renda e Contribuição Social diferidos conforme segue:

	<u>31/12/2011</u>	<u>31/12/2010</u>
Ativo diferido		
Imposto de renda	9.063	9.310
Contribuição social	3.263	3.352
	<u>12.326</u>	<u>12.662</u>
Passivo diferido		
Imposto de renda	(307.906)	(327.141)
Contribuição social	(110.846)	(117.770)
	<u>(418.752)</u>	<u>(444.911)</u>

A Companhia registra Imposto de Renda e Contribuição Social diferidos ativos sobre os prejuízos fiscais, bases negativas de contribuição social e diferenças temporárias. O ativo de R\$12.326 encontra-se fundamentado na expectativa de geração de lucros tributáveis futuros, tendo como base em orçamento e plano de negócios examinados e aprovados pela Administração da Companhia e de suas subsidiárias.

O passivo diferido de imposto de renda e contribuição social, no valor de R\$418.752, registrado no passivo não circulante a refere-se a: i) mais valia oriundo do custo atribuído do imobilizado e ii) diferenças temporárias sobre variação cambial a qual é tributada pelo regime de caixa como facultada a legislação fiscal e diferença de taxa de depreciação entre a fiscal e a vida útil efetiva.

Portonave S/A – Terminais Portuários de Navegantes

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação

31 de dezembro de 2011 e 2010

(Em milhares de reais)

19. Imposto de renda e contribuição social--Continuação

b) Conciliação da despesa de imposto de renda e contribuição social

A conciliação da despesa de imposto de renda e contribuição social registrada no resultado está demonstrada abaixo:

	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
	<u>31/12/2011</u>	<u>31/12/2010</u>	<u>31/12/2011</u>	<u>31/12/2010</u>
LAIR	(1.905)	27.242	(4.874)	27.242
IR/CS pela alíquota fiscal nominal combinada de 34%	647	(9.261)	1.657	(9.261)
(Exclusões)/adições permanentes				
Equivalência	9.608	3.759	-	-
Receita de seguros	-	-	(488)	(6.146)
Variações Cambiais/outros	(12.272)	(28)	7.877	9.877
Compensação de prejuízos	6.321	5.962	(1.773)	5.962
Total	4.304	432	7.273	432
Impostos correntes	(13.424)	(13.978)	(18.549)	(13.978)
Impostos diferidos	17.728	14.410	25.822	14.410
	4.304	432	7.273	432

Portonave S/A – Terminais Portuários de Navegantes

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2011 e 2010
(Em milhares de reais)

20. Provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas

A Companhia e suas subsidiárias estão envolvidas em discussões administrativas e jurídicas de natureza cível, trabalhista e tributária. Para as causas cuja probabilidade foi considerada como perda provável, foi registrado provisão para contingências, como abaixo indicado (consolidado):

	Consolidado			
	31/12/2010	Adições	Baixas	31/12/2011
Civil	584	15	-	599
Trabalhistas	32	21	-	53
	616	36	-	652

Adicionalmente, a Companhia é ré em processos cujas chances de insucesso foram classificadas como possíveis, com base na opinião dos assessores jurídicos da Companhia e, conseqüentemente, não são registradas provisões para essas ações. As principais discussões de risco possível encontram-se abaixo sumariadas:

- Ação movida por Luther Terry Grumble alegando direito à honorários por serviços de corretagem, relativamente ao período de construção do porto, cujo valor contingencial é estimado em aproximadamente R\$20.000;
- Processo administrativo movido pela ANTAQ por supostas irregularidades na movimentação de carga própria, não há valores estimados no processo movido pela ANTAQ;
- Ação movida pela empresa Doux Frangosul relativo aos lucros cessantes da mercadoria danificada pelo incêndio ocorrido na câmara frigorífica da subsidiária Iceport, no montante de R\$ 382.

21. Remuneração dos administradores

No exercício findo em 31 de dezembro de 2011, a Companhia consignou como Remuneração dos Administradores o montante de R\$1.257 (R\$1.157 em 2010). A remuneração dos administradores é baseada apenas em pró-labore.

Portonave S/A – Terminais Portuários de Navegantes

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação

31 de dezembro de 2011 e 2010

(Em milhares de reais)

22. Objetivo e políticas para gestão de risco financeiro

Em atendimento aos Pronunciamentos Técnicos CPC 38 a CPC 40, a Companhia efetuou uma avaliação de seus instrumentos financeiros.

Os instrumentos financeiros constantes nas contas de ativo e passivo, encontram-se atualizados na forma contratada até 31 de dezembro de 2011 e correspondem, substancialmente, ao seu valor de mercado.

Os principais instrumentos financeiros da Companhia em 31 de dezembro de 2011 são:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2011	31/12/2010	31/12/2011	31/12/2010
Caixa e equivalentes de caixa	33.573	18.507	38.611	21.054
Adiantamento a fornecedores	2.287	3.412	4.738	8.094
Indenização seguradora	-	-	-	7.442
Fornecedores	(3.925)	(13.880)	(24.169)	(21.544)
Partes relacionadas	(129.163)	(84.754)	(99.736)	(84.754)
Empréstimos	(171.073)	(189.948)	(171.090)	(189.952)

A Companhia está exposta a risco de mercado, de crédito e de liquidez.

O Conselho de Administração é responsável por supervisionar a gestão destes riscos.

Risco de mercado

O risco de mercado é o risco de que o valor justo dos fluxos de caixa futuros de um instrumento financeiro flutue devido a variações nos preços de mercado. Os preços de mercado englobam três tipos de risco: a) risco de taxa de juros, b) risco cambial e c) risco de preço relativo às suas ações. A Companhia não tem importações ou exportações de insumos ou serviços e não tem ações negociadas em mercado.

a) Risco de encargos financeiros/flutuação de taxa de câmbio

Esse risco advém da possibilidade da Companhia vir a incorrer em perdas por conta de flutuações nas taxas de juros de captação bem como pela exposição a oscilações de cambio que aumentem as suas despesas financeiras relativas a empréstimos obtidos junto a instituições financeiras ou partes relacionadas. A Companhia monitora continuamente a volatilidade das taxas de mercado.

Portonave S/A – Terminais Portuários de Navegantes

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação

31 de dezembro de 2011 e 2010

(Em milhares de reais)

22. Objetivo e políticas para gestão de risco financeiro--Continuação

Com a finalidade de verificar a sensibilidade dos instrumentos financeiros para os quais a Companhia possuía exposição, na data base de 31 de dezembro de 2011, à flutuações de câmbio e indexadores variáveis, foram definidos 05 cenários diferentes, e preparada uma análise de sensibilidade às oscilações dos indicadores desses instrumentos. Com base na projeção do indexador de cada contrato para os próximos 12 meses obtido do relatório FOCUS de 06 de janeiro de 2012 (cenário provável), sendo que a partir deste foram calculadas variações decrescentes e crescentes de 25% e 50%, respectivamente. Os cenários são elaborados considerando o provável fluxo de caixa de pagamentos e recebimentos das transações. Não são considerados os encargos fixos, quando aplicáveis, às transações.

Em 31 de dezembro de 2011 a análise de sensibilidade do risco cambial e de encargos financeiros indica os seguintes valores por cenário:

Operação	Risco	31.12.2011	Receita (Despesa)				
			Queda 50%	Queda 25%	Cenário Provável	Aumento 25%	Aumento 50%
Partes Relacionadas							
Bakmoon	VC (dolar)	50.980	26.238	13.867	1.495	(10.876)	(23.247)
TPI	VC (dolar)	48.568	24.996	13.210	1.425	(10.361)	(22.147)
		99.548	51.234	27.077	2.920	(21.237)	(45.394)
Empréstimos							
GE	VC (dolar)	179.691	46.788	24.582	6.389	(19.830)	(42.036)
		179.691	46.788	24.582	6.389	(19.830)	(42.036)
<i>Indexador</i>	<i>Dólar</i>		<i>0,91</i>	<i>1,37</i>	<i>1,82</i>	<i>2,28</i>	<i>2,73</i>

Essas análises de sensibilidade têm por objetivo ilustrar a sensibilidade a mudanças em variáveis de mercado nos instrumentos financeiros da Companhia. As análises de sensibilidade acima demonstradas são estabelecidas com o uso de premissas e pressupostos em relação a eventos futuros. A Administração da Companhia revisa regularmente essas estimativas e premissas utilizadas nos cálculos. Não obstante, a liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados devido à subjetividade inerente ao processo utilizado na preparação dessas análises.

Portonave S/A – Terminais Portuários de Navegantes

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação

31 de dezembro de 2011 e 2010

(Em milhares de reais)

22. Objetivo e políticas para gestão de risco financeiro--Continuação

b) Risco regulatório

Desconsideramos quaisquer eventos de iniciativa do governo federal que possam afetar a continuidade da exploração do terminal portuário. Em relação a um possível ato político que implique no rompimento da relação contratual, consideramos de probabilidade remota.

Quanto a eventos provocados pela natureza, importa ressaltar, que a Companhia encontra-se coberta com apólice de seguros para todos os efeitos.

A Companhia não possui instrumentos financeiros derivativos em aberto em 31 de dezembro de 2011 e 2010, bem como não contratou instrumentos desta natureza ao longo de todo o exercício.

Risco de Crédito

O risco de crédito é o risco de a contraparte de um negócio não cumprir uma obrigação prevista em um instrumento financeiro ou contrato com cliente, o que levaria ao prejuízo financeiro. A Companhia está exposta ao risco de crédito em suas atividades operacionais (principalmente com relação a contas a receber) e de financiamento, incluindo depósitos em bancos e instituições financeiras, transações cambiais e outros instrumentos financeiros.

O risco de crédito de saldos com bancos e instituições financeiras é administrado pela Diretoria Financeira da Companhia. A Companhia monitora os valores depositados e a concentração em determinadas instituições e, assim, mitigar o prejuízo financeiro no caso de potencial falência de uma contraparte. Em relação a contas a receber de clientes a companhia não tem concentração de recebíveis de forma relevantes.

Risco de Liquidez

A Companhia acompanha o risco de escassez de recursos por meio de avaliações regulares de sua administração. Na Nota 16 apresentamos o perfil do vencimento do passivo financeiro com instituições financeiras da Companhia, com base nos pagamentos contratuais não descontados. Abaixo indicamos o cronograma de pagamento do endividamento acrescido de nossa projeção de juros:

	Até um ano	De 2 a 5 anos	Total
Em 31/12/11:			
GE Capital	49.726	149.178	198.904

Portonave S/A – Terminais Portuários de Navegantes

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2011 e 2010
(Em milhares de reais)

22. Objetivo e políticas para gestão de risco financeiro – continuação

Gestão do Capital Social

O objetivo principal da administração de capital da Companhia é assegurar que este mantenha uma classificação de crédito forte e uma razão de capital livre de problemas a fim de apoiar os negócios e maximizar o valor ao acionista. Para manter ou ajustar a estrutura do capital, a Companhia pode ajustar o pagamento de dividendos aos acionistas, devolver o capital ou emitir novas ações. Não houve alterações quanto aos objetivos, políticas ou processos durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2011 e 2010.

23. Patrimônio líquido

a. Capital social subscrito

Em 31 de dezembro 2011, o capital social subscrito está composto por 24.204.000 ações ordinárias, todas nominativas e sem valor nominal. Em Assembléia Geral Extraordinária, datada de 24 de agosto de 2005, a Companhia decidiu dividir seu capital social nas classes de ações A e B, com direitos e obrigações idênticas entre as classes. Tal decisão foi tomada com base nas disposições contidas no artigo 16, da Lei 6.404/76.

A participação total dos acionistas no capital subscrito da Companhia está assim distribuída:

Acionistas	Quantidade de Ações Ordinárias Integralizadas (*)	
	31/12/2011	31/12/2010
Classe "A"		
Bakmoon Investments Inc.	12.101.999	12.101.999
Outros	1	1
Total Classe "A"	12.102.000	12.102.000
Classe "B"		
TPI -LOG S/A	4.033.999	4.033.999
Maris Gaudium Partic. E Empreend. Ltda	4.033.999	4.033.999
Starport Participações Ltda	4.033.998	4.033.998
Outros	4	4
Total Classe "B"	12.102.000	12.102.000
Total Geral	24.204.000	24.204.000

(*) Quantidades unitárias.

Portonave S/A – Terminais Portuários de Navegantes

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
 31 de dezembro de 2011 e 2010
 (Em milhares de reais)

23. Patrimônio líquido--Continuação

b. Reserva de legal

Em 31 de dezembro de 2011, a Companhia consignou o montante de R\$ 120, representando 5% do lucro líquido do exercício após a compensação de prejuízos acumulados, em conformidade com o artigo 193 da Lei 6.404/76.

c. Dividendos

Com base na Lei 6.404/76, os dividendos mínimos obrigatórios são calculados na base de 50% dos lucros acumulados, após dedução da reserva legal e compensação de saldos de prejuízos acumulados.

Em 31 de março de 2010, os sócios da Companhia em Assembléia Geral Ordinária, decidiram sobre destinação integral para pagamento como dividendos dos lucros relativos ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2009, no montante de R\$ 15.953. O pagamento efetivo dos dividendos está limitando a 50% do total destinado em conformidade com as estipulações legais e contratuais do contrato assinado com a *General Electric Capital Corporation*. Desta forma, do montante aprovado para pagamento, o valor de R\$7.976 foi pago aos acionistas ao longo de 2010.

Em 11 de abril de 2011, os sócios da Companhia em Assembléia Geral Ordinária, onde após tomadas e aprovadas as contas dos administradores, decidiram sobre a destinação parcial para pagamento de dividendos no montante de R\$ 35.156 obedecendo já em conformidade com as estipulações legais/contratuais do contrato assinado com a *General Electric Capital Corporation*, sendo que o restante do valor do lucro do exercício de 2010 permaneceu em conta de reserva de lucros no patrimônio líquido da Companhia.

Dos lucros auferidos no exercício findo em 31 de dezembro de 2011, a Administração proporá para deliberação da Assembleia Geral Ordinária a distribuição de dividendos, calculados conforme segue:

	2011	2010
Lucro líquido do exercício	2.399	27.671
Reversão dos ajustes de avaliação patrimonial	43.184	43.185
Absorção de prejuízos acumulados	-	-
Reversão da reserva de lucros	35.156	-
Constituição da reserva legal	(120)	(1.383)
Base de cálculo dos dividendos	<u>80.619</u>	<u>69.473</u>
Proposição da administração	80.619	69.473

Portonave S/A – Terminais Portuários de Navegantes

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação

31 de dezembro de 2011 e 2010

(Em milhares de reais)

24. Receita operacional

	Controladora		Consolidado	
	2011	2010	2011	2010
Operação de carga de terceiros	196.309	207.340	248.367	207.340
Operação de carga própria	576	234	122.136	45.128
Total da Receita Bruta	196.885	207.574	370.503	252.468
Deduções da receita:				
Impostos federais	(7.744)	(7.904)	(15.428)	(8.676)
Impostos estaduais	-	-	(2.768)	(984)
Impostos municipais	(3.910)	(4.151)	(4.955)	(4.151)
Cancelamento de Vendas	(115)	(23)	(546)	(350)
Total das deduções	(11.769)	(12.078)	(23.697)	(14.161)
Receita operacional líquida	185.116	195.496	346.806	238.307

Portonave S/A – Terminais Portuários de Navegantes

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação

31 de dezembro de 2011 e 2010

(Em milhares de reais)

25. Outras receitas e despesas operacionais

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2011	31/12/2010	31/12/2011	31/12/2010
Seguros	-	-	1.434	18.076
Aluguel	9.317	-	-	-
Outros	522	293	471	413
	9.839	293	1.905	18.489

26. Receitas e despesas financeiras

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2011	31/12/2010	31/12/2011	31/12/2010
Receitas financeiras				
Rendimentos de aplicações financeiras	3.082	1.333	3.111	1.354
Juros ativos	71	176	120	180
Descontos obtidos	424	86	1.284	875
	3.577	1.595	4.515	2.409
Variação Cambial				
Variação cambial ativa	30.625	41.387	39.403	41.944
Variação cambial ativa - Bakmoon	7.681	7.874	7.681	7.874
Variação cambial ativa - TPI	7.318	7.501	7.318	7.501
Variação cambial passiva	(52.885)	(32.891)	(64.427)	(34.340)
Variação cambial Passiva – Bakmoon	(13.365)	(5.924)	(13.365)	(5.924)
Variação cambial Passiva - TPI	(12.732)	(5.644)	(12.733)	(5.644)
	(33.358)	12.302	(36.122)	11.410
Despesas financeiras				
Encargos sobre empréstimos	(10.460)	(13.440)	(10.460)	(13.440)
Tarifas bancárias	(193)	(153)	(1.208)	(480)
Juros e multas de mora	(19)	(239)	(24)	(310)
Outras despesas financeiras	(229)	(173)	(1.595)	(502)
IR s/pagamentos moeda estrangeira	(2.602)	(2.489)	(2.602)	(2.489)
Encargos sobre empréstimos – Bakmoon	(2.575)	(2.553)	(2.575)	(2.553)
Encargos sobre empréstimos – TPI	(2.493)	(2.430)	(2.493)	(2.432)
Consultorias	(1.591)	-	(1.591)	-
	(20.162)	(21.477)	(22.548)	(22.206)

* * * * *